

## **Fórum de Cidadania, Justiça e Cultura e Paz: uma experiência de Vigilância em Saúde do Trabalhador Canavieiro na região de Piracicaba SP**

### **1. Introdução**

O setor sucro-alcooleiro, em franca expansão nos últimos anos, provocará um aumento das plantações de cana no Brasil, em mais de 3,1 milhões de hectares, segundo declarações do Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues em 2006.

Na região centro sul, que representa 86% da produção nacional, para a safra 2008/2009 é esperado um total de 498,1 milhões de toneladas de cana cortada, representando um acréscimo de 16 % em relação à de 2007/2008.

O número de usinas teve um acréscimo de 16% entre 2005 e 2008, totalizando 279 unidades<sup>1</sup>.

Dados da ORPLANA<sup>2</sup> (2008) dão conta de que a macro-região de Piracicaba, que compreende 33 municípios e 4,3 mil canavieiros, reúne cerca de 39% dos produtores de cana do Estado de São Paulo. Com 200 mil hectares plantados e uma colheita estimada de 35 milhões de toneladas em 2009.

O corte manual da cana de açúcar é efetuado normalmente com a cana pré-queimada e ocorre no período da safra durante 10 meses do ano, quando trabalhadores migrantes das regiões Norte e Nordeste do País se deslocam para esta região, ficando alojados em instalações precárias.

O sistema de pagamento por produção, associado às condições de trabalho nocivas, temperaturas elevadas, sem pausas para descanso, pode agravar os riscos de acidentes e provocar o desgaste prematuro destes trabalhadores.

A partir do ano de 2004 o Ministério Público do Trabalho (MPT) da 15ª Região<sup>3</sup> apoiando-se em denúncias da Pastoral do Migrante, vem monitorando as ocorrências de mais de 20 mortes relacionadas às condições e exaustão provocadas pelo trabalho. O corte de cana é efetuado, em grande parte por empresas terceirizadas, em processo que vem sendo questionado pelo MPT e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo em vista os aspectos legais e a precarização das condições e relações de trabalho.

Estes trabalhadores chegam na nossa região aliciados por intermediários em sua região de origem, (conhecidos como “gatos”) e são explorados na passagem da vinda, no aluguel de moradias precárias, no fornecimento de refeições, entre outras coisas.

Estas condições, análogas ao trabalho escravo, tem também impacto direto na saúde pública e no meio ambiente, atingindo diretamente a infra-estrutura dos municípios. Criam-se então as chamadas “cidades dormitórios”, com trabalhadores vivendo em cortiços e barracos que apresentam condições sub-humanas e conseqüências deletérias para a qualidade de vida das populações que residem no entorno, entre elas, o aumento dos episódios de violência, do tráfico e da gravidez de adolescentes.<sup>4</sup>

Os municípios sofrem uma ampliação abrupta da população residente, e passam a arcar com recursos próprios com uma sobrecarga nos serviços de saúde, atendimento médico-hospitalar, saneamento, segurança pública, etc.

<sup>1</sup> Dinheiro/442- 08/03/2006 - Isto é Dinheiro de março de 2006.

<sup>2</sup> <http://www.orplana.com.br/perfil.html> pesquisado em as 10h20 de 13/05/09 - Organização dos Plantadores de Cana da região Centro Sul.

<sup>3</sup> Boletim Informativo da Procuradoria Regional do Trabalho da XVª Região nº 05 ano I, Dez 2005

<sup>4</sup> (Vilas Boas, SW; Dias, EC “Contribuição para a discussão sobre as políticas no setor sucro-alcooleiro e as repercussões sobre a saúde dos trabalhadores” in Impactos da indústria canavieira no Brasil. Plataforma BNDES, IBASE, RJ. 2008)

Tendo em vista a crescente ocorrência de denúncias desta natureza o CEREST Piracicaba, juntamente com as Vigilâncias Sanitárias de vários municípios da área de abrangência da Direção Regional de Saúde de Piracicaba e outros órgãos governamentais como o MTE, o MPT, juntaram-se ao Fórum em 2006. A adesão de órgãos públicos transformou-o em espaço interinstitucional de formulação de ações articuladas regionais de vigilância em saúde do trabalhador, executadas para coibir as práticas nocivas da cadeia produtiva do setor canavieiro, como será relatado nesta experiência.

## **2 – Objetivos do Fórum Trabalho e Cidadania**

Garantir condições dignas de vida e trabalho aos cortadores de cana coibindo práticas de precarização realizadas por empresas e intermediários da cadeia produtiva do setor canavieiro;

- Melhorar a articulação intersetorial das ações de vigilância em saúde no nível regional, especialmente na vigilância das condições de moradia destes trabalhadores.
- Criar mecanismos ágeis e participativos de vigilância e equacionamento das situações degradantes de trabalho e moradia, envolvendo as vigilâncias municipais, os CERESTs de Piracicaba e Rio Claro, o MTE, o poder legislativo, o MPT, os sindicatos de trabalhadores, as universidades, e associações religiosas como as pastorais, comissão de direitos humanos etc.
- Fomentar as discussões e criar novos instrumentos para ação em vigilância da saúde do trabalhador.

## **4- Descrição da técnica, métodos ou processo de trabalho adotado:**

O Fórum existente em âmbito legislativo e de articulação da sociedade civil passou a agregar órgãos de vigilância em saúde do trabalhador, tendo o apoio ativo do CEREST Piracicaba no sentido de mobilizar e estimular os municípios da região. O Fórum em comum acordo com os participantes decidiu criar uma Central de informação sediada na Câmara Municipal de Piracicaba, em escritório dotado de telefone, email e funcionário disponível para esta função, de modo a receber e agilizar as informações e acionar os órgãos públicos implicados em cada tipo de denuncia recebida relativas aos “alojamentos” urbanos e rurais e descumprimento de direitos trabalhistas. As denúncias e irregularidades e as ações de vigilância passaram a ser divulgadas na imprensa de modo a dar visibilidade ao problema e às iniciativas do grupo. Estimulou-se a busca ativa destas informações, a partir de locais de atendimento à saúde dos trabalhadores (PSF, Postos), sindicatos, pastoral dos migrantes entre outros. Ações de sensibilização e debates foram realizadas com ampla participação dos envolvidos para auxiliar na compreensão da dimensão política e social da questão. Foram realizadas apresentações de pesquisas científicas, filmes e debates para despertar visão crítica da realidade e adesão ativa dos participantes nas ações. Com esta rede de informação buscou-se proporcionar e direcionar ações conjuntas e planejadas através das denúncias recolhidas, a fim de identificar os “alojamentos” irregulares e imediatamente acionar o CEREST’s, MTE, MPT, Sindicatos e às Vigilâncias Sanitárias para a realização de ação conjunta de vigilância ou fiscalização. Estimulou-se que as ações de vigilância fossem realizadas com acompanhamento das entidades interessadas como sindicatos, pastorais etc de modo a trazer transparência e publicidade da ação pública como preconizam as diretrizes da Portaria MS 3120/98. Identificadas as irregularidades, as entidades governamentais defiram prazos e medidas para correção. O MPT, articulado com o Fórum passou a monitorar o cumprimento dos prazos e execução das correções de modo a assegurar o efetivo cumprimento das exigências, envolvendo não só os ‘gatos’, mas os tomadores dos serviços como às usinas. O Fórum permitiu fomentar a discussão no âmbito Social, Legislativo, Acadêmico, Judiciário, Executivo, entre outros. Com base na experiência em andamento no fórum a atuação de vigilância no âmbito regional foi ampliada por meio de assinatura em março de 2008 do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o MPT e 28 municípios da região. O TAC

foi então construído e formulado de modo participativo, não sendo uma iniciativa unilateral do MPT. Ele estabelece um fluxo de atuação dos órgãos municipais com prazos e obrigações no sentido de mapear os locais de moradias irregulares, realizar vistorias prévias à chegada dos trabalhadores migrantes, realização de inspeções periódicas para verificação das condições sanitárias e remessa periódica de relatórios que passaram a ficar disponíveis no site do MPT 15ª Região. A padronização das inspeções e licenciamento prévio das moradias foi assegurado no TAC através de um check-list construído com a participação ativa dos técnicos das Visas com apoio das entidades não governamentais participantes e supervisão do MPT. Após a assinatura do TAC foi criado no site do MPT uma plataforma para a divulgação de informação para disponibilizar e tornar público os Relatórios de Inspeção e as medidas adotadas pelas vigilância.

#### 4. Resultados

O município de Rio das Pedras SP era conhecido como “Gatolândia” por abrigar um contingente importante de trabalhadores migrantes organizados por intermediários de mão de obra. A partir de ocorrência em 2001 de incêndio de grandes proporções em alojamento, o município iniciou o mapeamento e exigência de Alvará para controlar os alojamentos e moradias irregulares. Esta experiência foi valorizada pelo CEREST Piracicaba e levada ao Fórum como exemplo de ação a ser adotada no nível regional. No período de 2007 a 2009 foram feitos mais de quinze denúncias ao Fórum que gerou fiscalização pelos órgãos de vigilância, como descrito no exemplo abaixo.

Em reunião do Fórum dia 07/08/2007 o Sindicato Rural de Cosmópolis denunciou que em Santa Bárbara do Oeste existiam trabalhadores morando em favelas em condições precárias. O Procurador do MPT presente à reunião acatou a denúncia e articulou a vistoria ao local sendo constatado que 49 cortadores de cana encontravam-se há cerca de cinco meses em regime de semi-escavidão. Os trabalhadores foram aliciados no interior da Bahia e Paraíba por um “gato”. Além das condições subumanas de trabalho, eles moravam em alojamentos precários localizados na periferia da cidade, muitos recebiam rendimentos abaixo do salário mínimo e tinham que pagar R\$ 110,00 de alimentação e cerca de R\$ 25,00 de aluguel pela moradia oferecida pelo intermediário. O caso foi levado para a Usina para o pronto equacionamento da situação. Os trabalhadores tiveram custeado o ônibus de retorno à cidade natal e o pagamento de indenização de R\$ 2.500,00 para cada trabalhador.

Com o advento dos TACs entre o MPT e os municípios, estes se comprometeram a encaminhar ao MPT os relatórios de mapeamento e de vigilância nas moradias e alojamentos do setor canavieiro. No ano de 2008 foram encaminhados 87 relatórios ao MPT, sendo 42 provenientes de alojamentos e 45 provenientes de moradias (tipo repúblicas) totalizando a intervenção e melhoria das condições de alojamento de 5.205 trabalhadores migrantes.

Tabela 1: Irregularidades encontradas em ações das Visas conforme relatórios de inspeção registrados no site do MPT:

| <b>Irregularidades</b>   | <b>Número de irregularidades encontradas</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
|--|--|------------------------|
| Edificação - forro/vazamento no telhado/pintura/ausência de janelas e portas, etc. | 28   | 20,4                   |
| Ordem e limpeza  | 22   | 16                     |
| Instalações sanitárias   | 16   | 11,7                   |
| Água sem monitoramento de qualidade  | 14   | 10,2                   |
| Colchões inadequados   | 10   | 7,3                    |
| Resíduos e esgoto  | 10   | 7,3                    |
| Falta de armários  | 8  | 5,8                    |

|                                   |     |     |
|-----------------------------------|-----|-----|
| Instalações elétricas inadequadas | 6   | 4,5 |
| Armazenar comida/refeições        | 5   | 3,6 |
| Lavanderia inadequada             | 4   | 3   |
| Ausência de fogão                 | 4   | 3   |
| Outros                            | 10  | 7,2 |
| TOTAL                             | 137 | 100 |

Além das ações de vigilância nos locais de moradia, o Fórum articulou a inserção de matérias na mídia, com o objetivo de dar visibilidade ao problema e criar respaldo na opinião pública para ações de controle que vinham sendo efetuadas. Desde 2007 já foram computados 61 inserções em jornais, 4 entrevistas na rede de televisão e 4 entrevistas em rádios locais.

A ampliação da ação de vigilância nos alojamentos vem sendo articulada pelo Fórum com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Esta articulação possibilitou a criação da Norma do CVS nº 31/08 que obriga a obtenção do alvará para os alojamentos no Estado. Esta experiência do Fórum vem sendo replicada em outras regiões do Estado de São Paulo como a de Bauru, Ribeirão Preto e Araraquara (30 municípios). O CEREST de São João da Boa Vista encontra-se em fase de negociação com os 20 municípios de sua área de abrangência para implantação de programa similar.

## **6 - Conclusões e recomendações para a saúde pública**

A experiência de controle dos alojamentos de modo isolado como ocorrida em Rio das Pedras, mostrou sua limitação, pois nos anos seguintes os ‘gatos’ mudaram seus alojamentos e instalações precárias para outros municípios da região, exigindo ações articuladas inter regionais, que vem sendo executadas através do Fórum Trabalho e Cidadania.

A ação isolada também mostra limitações uma vez que o setor produtivo tem fortes ligações políticas no nível local, podendo inibir as ações de vigilância, especialmente nos municípios de pequeno porte. O Fórum mostrou-se um espaço de fortalecimento das ações locais que, com a assinatura dos TACs, conferiu aos agentes de vigilância sanitária maior autonomia e poder de ação. Este ‘empoderamento’ pode explicar a adesão e participação ativa dos profissionais das Visas na redação e discussão dos itens constantes dos TACs bem como as ações executadas em seu cumprimento.

A construção do Fórum demonstrou-se estratégica tanto para acolher as denúncias e buscar ativamente os casos irregulares através do mapeamento feito pelos atores sociais envolvidos. O Fórum propiciou ainda o apoio fundamental dos órgãos regionais, antes pouco acessíveis. Para os órgãos regionais como o CEREST Piracicaba, a Direção Regional de Saúde, o MPT e o MTE (Gerencia Regional de Piracicaba), o Fórum também representa uma ampliação da escala das ações, que, ao invés de agir no varejo (apagando os ‘incêndios’), passa a agir no atacado, com ação regional padronizada e articulada, potencializando os resultados e ganhando em visibilidade para o conjunto do setor e para a sociedade.

A experiência não depende de elevados investimentos ou de tecnologias sofisticadas. Ela depende basicamente da vontade política e da persistência em buscar uma ação sistemática sobre os determinantes do processo de geração de agravos à saúde do trabalhador. A ação conjunta de vigilância se soma a outras iniciativas como a pesquisa interinstitucional para a compreensão da carga de trabalho e obtenção de indicadores do desgaste dos trabalhadores do corte da cana. Este estudo é a continuidade e aprofundamento da construção do Sistema de Vigilância de Acidentes do Trabalho SIVAT desenvolvido pelo CEREST Piracicaba, premiado pela EXPOEPI em 2005 (Vilela et all 2005<sup>5</sup>; Vilela, 2006-09<sup>6</sup>).

<sup>5</sup> Vilela et all “Sistema de Vigilância em Acidentes do Trabalho - SIVAT - Piracicaba; SMS de Piracicaba; SP” EXPOEPI. Brasília, 2005

<sup>6</sup> Vilela, RAG. Projeto de Pesquisa Políticas Públicas FAPESP 06/51684-3 “Ações interinstitucionais para o diagnóstico e prevenção de acidentes do trabalho: aprimoramento de uma proposta para a Região de Piracicaba”

Este é o caminho que vislumbramos para superar as desacreditadas fiscalizações fragmentadas e pontuais e ganhar legitimidade social e consistência. A experiência do Fórum reforça que a conjugação de esforços intersetoriais, multiprofissionais, a quebra do isolamento das instituições e o engajamento de sujeitos que comungam com o propósito de promoção da saúde e de defesa da vida trazem resultados animadores. Ela revela o acerto e a grandeza das diretrizes da Portaria do MS nº 3.120/1998 que prevê: a universalidade, a integralidade das ações, a plurinstitucionalidade, o controle social, a hierarquização e descentralização, a interdisciplinariedade, a pesquisa - intervenção e o caráter transformador das intervenções. A experiência possui características de reprodutibilidade uma vez que várias regiões buscam se inspirar na mesma; é sustentável e de baixo custo de implementação; inova ao desenhar as ações intersetoriais com adesão de atores sociais e públicos; traz impactos positivos para um contingente significativo de trabalhadores migrantes vulneráveis à exploração que ocorre no setor canavieiro.

### **7- Resumo**

O corte manual da cana de açúcar vem sendo objeto de preocupação dos órgãos públicos e da sociedade civil por expor trabalhadores migrantes a riscos nos locais de trabalho, nos alojamentos precários e nas condições sub-humanas de moradia. Mortes por exaustão vêm sendo acompanhadas por estudos e pesquisas e merecem atenção da vigilância do setor saúde. A migração imposta pelo setor canavieiro traz vários problemas transformando os municípios em “cidades dormitórios” com graves consequências sociais e ambientais. O CEREST Piracicaba em conjunto com as vigilâncias sanitárias dos municípios da região e outros órgãos regionais como MTE Piracicaba e MPT da 15ª Região juntaram-se ao Fórum da Cidadania para construir um espaço de articulação pública de ações de vigilância em saúde dos trabalhadores canavieiros. O Fórum possibilitou a construção de Termos de Ajuste de Conduta que foram assinados por 28 municípios da Região. Estes TAC padronizaram através de Check-list as ações das Visas municipais, estabeleceram fluxos de mapeamento e de envio regular de relatórios de vigilância. No ano de 2008 foram vistoriados 87 locais de moradia sendo constatado 137 irregularidades. O Fórum criou uma central de informação regional para o acolhimento de denúncias e busca ativa de casos de irregularidades. Os casos foram encaminhados aos órgãos de vigilância em busca de seu pronto equacionamento. A experiência se desenvolve em sintonia com o Sistema de Vigilância em Acidentes do Trabalho conduzida pelo CEREST e revela o acerto das diretrizes da Vigilância em Saúde do Trabalhador contidas na Portaria MS 10.083/98.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.